

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.318.938 - MG (2012/0074588-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : **ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADOR** : **FRANÇOISE FABIANE FERREIRA DINIZ E OUTRO(S)** -  
MG074658  
**RECORRIDO** : **SANDRO ADRIANO DA SILVA CARDOSO**  
**ADVOGADO** : **DOMINGOS SÁVIO DE MENDONÇA E OUTRO(S)** - MG111515

### **EMENTA**

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO PROPOSTA PELA FAZENDA PÚBLICA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANO PROVOCADO POR AGENTE PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL.

1. O Supremo Tribunal Federal, no RE 669.069/MG, estabeleceu, em regime de repercussão geral, a tese de que "é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil".
2. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.251.993/PR, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, fixou que "aplica-se o prazo prescricional quinquenal – previsto do Decreto 20.910/32 – nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002".
3. Por aplicação do princípio da isonomia, é também quinquenal o prazo prescricional da pretensão de ressarcimento da Fazenda Pública. Precedentes.
4. Recurso especial a que se dá provimento.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília, 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator